

**Estado e ensino agrícola no Brasil recente: o caso do E.T.A.**

Sonia Regina de Mendonça\*

**Resumo:** Estudo sobre a influencia exercida pelos acordos de “cooperação técnica” firmados entre os governos do Brasil e EUA junto à redefinição dos rumos e práticas do Ensino Agrícola no Brasil nos anos 1950. Tornar-se-á como paradigmático dessa influência a atuação do Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro-Americano (ETA), que funcionou no Rio de Janeiro entre 1953 e 1964.

**Palavras-chave:** Ensino Agrícola, ETA, Extensionismo Rural.

**Abstract:** This is a study about the influence of the treaties on “technical cooperation” firmied between Brazil’s and USA’s governments, over the redefinition of the practices and senses of Rural Education in 1950’s Brazil. We take as paradigmatic the case of Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro-Americano (ETA), that funcionned in Rio de Janeiro from 1953 to 1964.

**Key-words:** Rural Education, ETA, Rural Extension.

**Apresentação**

O texto analisa as ingerências, no âmbito da Educação Rural no Brasil, do Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro-Americano (ETA), órgão binacional, sediado no Rio de Janeiro (1953-1964) e diretamente vinculado ao Ministério da Agricultura (MA) e ao *Foreign Office* norte-americano. Criado a partir de mais um acordo entre os governos de ambos os países e dotado de recursos oriundos do Programa Ponto IV, os quadros do ETA definiam como seu objetivo “*contribuir para o avanço econômico dos países subdesenvolvidos*” mediante projetos específicos junto a áreas como a Extensão e o Crédito Rural subsidiado. A inovação do ETA consistiu em desenvolver seus projetos mediante seu assessoramento e/ou financiamento direto e não mais através de ações unificadas, configuradoras de um programa de cooperação. Tais projetos implantaram-se em todos os estados da federação, incidindo sobre os distintos âmbitos do universo agrário: do fomento à produção agropecuária; da conservação de recursos naturais ao auxílio técnico “educativo” a comunidades rurais locais..

A criação do ETA é paradigmática da reorientação imprimida à política de “cooperação” internacional norte-americana, calcada na ressignificação da própria noção de

---

\* Docente do Programa de Pós-Graduação em História da UFF, Pesquisadora I do CNPq.

“Educação Agrícola” e inaugurada na década de 1950 quando, segundo alguns autores, é “descoberto” o conceito de “desenvolvimento” (ESCOBAR, 1995). A visão sobre as atividades até então definidas como de Ensino Agrícola passaria a priorizar não mais uma perspectiva escolar estrito *sensu*, porém uma outra, eminentemente assistencial e produtivista, voltada para a qualificação da mão-de-obra e seu treinamento e organização em “comunidades rurais”, aptas a consumirem tecnologia norte-americana. A criação do ETA é o corolário de um novo projeto hegemônico mundial, sob a égide dos EUA e centrado na idéia de que a única solução para os povos terceiro-mundistas residia em fomentar o desenvolvimento, tido como um novo **domínio de pensamento e ação** e, ao mesmo tempo, matriz de uma série de novas agências de cooperação – o **aparato** - que resultaram na **institucionalização e profissionalização** do desenvolvimento, trazendo o Terceiro Mundo para o âmbito das políticas de conhecimento especializado, acompanhadas de técnicas, estratégias, e práticas disciplinares organizadoras da geração, validação e difusão do próprio conhecimento acerca do desenvolvimento, incluindo de disciplinas acadêmicas, métodos de pesquisa e ensino, até práticas profissionais as mais diversas

#### **E.T.A: “Educação”, Saber e Poder no Brasil.**

Em inícios dos anos 1950, várias agências públicas e privadas norte-americanas firmavam com governos de outros países Programas de Cooperação, sobretudo na América Latina, onde funcionaram sob os mais distintos auspícios e condições – patrocinados por fundações privadas, pelo governo dos Estados Unidos, grupos religiosos, etc. – cada uma com objetivos próprios. Se agregarmos a este movimento a conjuntura específica vigente no Brasil com relação ao Ensino Agrícola - marcada pela aprovação da Lei Orgânica do Ensino Agrícola de 1946 - temos um contexto bem aproximado junto ao qual se deu a fundação da mais duradoura agência brasileiro-americana de “Cooperação Técnica”: o ETA. O ano de 1946 seria decisivo para a consagração da Educação Rural enquanto ramo “especial” do ensino – educação para o trabalho - marcado pela subalternidade daqueles através dele formados. Com a aprovação da Lei, de iniciativa do Ministério da Educação e Saúde, este ramo foi definitivamente alijado da rede primária regular, permanecendo sob a alçada do Ministério da Agricultura, responsável por sua gestão, conquanto coubesse ao MES definir suas diretrizes nacionais. Em certa medida, a Lei foi um paliativo aos conflitos intra-estatais em torno do Ensino Rural, analisados em outros trabalhos. Somente a partir dela tornou-se possível a redefinição paulatina das práticas de Educação Agrícola, mediante a proliferação de

instituições e campanhas <sup>1</sup> destinadas a “alfabetizar” a população rural, tendo por objetivo “*difundir o princípio de **desenvolvimento comunitário***” com metas políticas evidentes, visando “*combater o marginalismo e educar os adultos, antes de tudo para que o país possa ser mais coeso e solidário*” (CEAA, 1956: 2).

A partir de 1948 se dá a célere implementação de práticas extensionistas voltadas à difusão em larga escala de conhecimentos sobre técnicas de cultivo, tipos de sementes, etc., em lugar da ênfase nas Escolas Técnicas Agrícolas. Dentre as instituições delas encarregadas destacaram-se as **Semanas Ruralistas** - que contavam com forte apoio da Igreja <sup>2</sup> e as **Missões Rurais** - que percorriam o interior dos estados. Tais experiências eram apoiadas pelo MA, juntamente com agências norte-americanas, tendo por premissa que “*com uma população rural mais instruída e melhor esclarecida será possível conseguir-se uma produção agrícola eficiente*”. A consolidação do Extensionismo Rural no Brasil contou com a montagem de uma vasta rede de agências de divulgação e propaganda, mediante convênios firmados entre distintos órgãos do Ministério da Agricultura, bem como entre organismos internacionais e o ETA. Sua importância pode ser aquilatada através da leitura do jornal publicado pelo SIA - *Informação Agrícola* – que dedicava 50% de seu espaço à seção intitulada “*ETA em Marcha*”, onde se divulgavam as realizações do Escritório, dentre elas a concessão de bolsas de estudo nos EUA para a especialização de extensionistas brasileiros, a proliferação de Clubes Agrícolas; a construção de Centros de Treinamento e as parcerias em assistência financeira e técnica firmadas com órgãos de Crédito Rural. O “aparato” do desenvolvimento hipertrofiava-se no país, multiplicando seu corpo de especialistas e produtores de “novo conhecimento”.

Entre 1957-58 seria publicada uma síntese das atividades do ETA, tendo por eixo o que se convencionou chamar de “*outro tipo de ação educativa*”, mais ampla que a escola e menos dispendiosa para o Ministério: a **Extensão Rural**, acompanhada de seu “irmão siamês” o **Sistema ABCAR** (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural), encarregado de fornecer Crédito Agrícola Supervisionado a pequenos produtores, sempre em parceria com o ETA. Tal inovação, segundo a fala oficial, baseava-se na “*extrema preocupação com a integração dos agricultores à economia moderna*”, daí ser definido como

---

<sup>1</sup> Dentre elas a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) de 1953 e a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), ambas derivadas de acordos bilaterais Brasil/EUA.

<sup>2</sup> O convênio com o clero foi estabelecido em meados de 1958, sendo visto pelos dirigentes do S.I.A. como “um passo pioneiro e decisivo para a obra de educação rural, animando o próprio governo a estabelecer cooperação mais ampla com os altos dignitários da Igreja Católica”. *Informação Agrícola*. Rio de Janeiro: S.I.A., 1958, set., 9. Prosseguindo, afirmaria a matéria que “*Imprensa, rádio, cinema, televisão e publicações deve ser colocadas em larga escala a serviço do homem do campo, ainda pouco esclarecido e quase sempre esquecido. Urge combater o analfabetismo. Não se pode pensar em desenvolvimento econômico sem mobilizar para eliminar este grande mal*”.

a “*nova modalidade de atuação educativa*”. Em poucos anos de existência, a Extensão Rural contaria com uma razoável equipe de técnicos, atuando junto a 212 municípios rurais e para legitimar a redefinição operada no conceito de “Educação Rural”, a correlação de forças no poder canalizou esforços no sentido de preservar a subalternidade do trabalhador rural, defendendo como cerne da política “educativa” a qualificação da **mão-de-obra adulta**, desvinculada da instituição escolar. Impossível não relacionar tal redirecionamento ao contexto específico vivido no campo e marcado pela germinação de movimentos sociais rurais organizados (MEDEIROS, 1989). Com este pano de fundo, a Extensão Rural destinaria-se ao disciplinamento coletivo, sob a égide de códigos e visões de mundo transmitidos pelos técnicos norte-americanos.

A partir de 1958, o ETA passou a colaborar com onze órgãos do Ministério da Agricultura, metade das Secretarias de Agricultura estaduais e todas as Universidades Rurais do país, influenciando diretamente junto a atividades ligadas ao “bem-estar” das populações do campo. O papel do ETA na promoção do “desenvolvimento” rural brasileiro deve ser também balizado por sua forte imbricação às agências estatais, sobretudo o MA, como o ilustra matéria encomiástica publicada em julho de 1958, sob o título “*ETA - Três Letras que Estão Mudando o Panorama Agrícola do Brasil*”:

*“Órgão executor do acordo firmado entre os governos do Brasil e dos EUA para um programa de desenvolvimento e agricultura e recursos naturais, sua historia se resume numa palavra: **cooperação, cooperação, cooperação** (...) Tudo colimado num único fim: **melhorar a produção agrícola e elevar os padrões de vida do homem rural, sua família e a comunidade**” (INFORMAÇÃO AGRÍCOLA: jul., 1958, p. 11, grifos meus)*

Os recursos do ETA provinham de verbas mistas, do governo americano e do MA, contando seus projetos com um Fundo Conjunto também integrado pelos recursos das instituições que contratavam os serviços da agência. Para avaliar o raio da “cooperação” exercida, vale citar que enquanto as verbas brasileiras, em 1958, montavam a CR\$15,00 por dólar americano investido, as norte-americanas correspondiam a CR\$ 11,00 por dólar. Além dessa desproporção ressalva-se que “os dólares se destinam a **pagar os técnicos americanos e à importação de veículos e equipamentos para uso nos projetos**” (INFORMAÇÃO AGRÍCOLA, ago, 1958: 3). Em fins da década de 1950, o ETA gerenciava um total de 45 projetos especificamente contratados, dentre eles: 1) a Fazenda-Escola Prática de Presidente Prudente (SP), onde os alunos praticam trabalhos no campo, participando dos lucros da fazenda e teoricamente recebendo, ao fim do curso, glebas para gerirem, que acabariam por ser de sua “*total propriedade*”; 2) o CETREINO – Centro Regional de Treinamento do

Nordeste, instalado em Pernambuco, com vistas a formar pessoal habilitado ao trabalho com as populações rurais junto a associações de crédito e assistência, empenhados na recuperação sócio-econômica da região; 3) o Planejamento da produção agrícola do Brasil e sua futura capital - que organizava a produção vegetal com vistas ao abastecimento de uma população de cerca de 5.000.000 pessoas; 4) o Plano de Reerguimento do Vale do Paraíba – assistido pelo ETA através de recursos materiais e humanos, sobretudo seus próprios técnicos; 5) o Plano de Assistência ao Cacaucultor - que incluía a instalação de escolas para formar capatazes, ensino da seleção de pés de cacau e assistência no âmbito da Economia Doméstica; 6) o Fomento à avicultura, destinado a promover o melhoramento da produção avícola do país; 7) o Plano de Incremento da Produção Leiteira de Pernambuco, mediante o controle dos animais, o incentivo a indústria de laticínio e uma campanha educativa junto aos produtores.

Malgrado a variedade de projetos geridos pelo ETA, um aspecto chama atenção se os examinamos em conjunto: sua concentração junto à região Nordeste, o que é de todo coerente, não tanto com as representações construídas a seu respeito, porém, principalmente, com a emergência, em 1955, das Ligas Camponesas. Além dos 45 projetos, o ETA permanentemente estudava novos Convênios de Cooperação com instituições como o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, o Instituto do Açúcar e do Alcool, a ABCAR e o Serviço Social Rural do Ministério da Agricultura. Segundo o diretor do S.I.A.

*“O que há de fundamental neste esforço de **renovação dos métodos educacionais é a compreensão de que a reforma agrária no Brasil não se pode limitar à simples distribuição da terra. Para mudar o panorama agrário, é indispensável alcançar um elevado grau de dinamização dos métodos de ensino rural, para preparar técnicos qualificados e, sobretudo, capazes de influir decisivamente para a racionalização dos nossos métodos**”.* (INFORMAÇÃO AGRÍCOLA, ago., 1958: 3. Grifos meus)

A multiplicidade de agências e agentes imbricados às práticas do desenvolvimento no âmbito da agricultura envolveria, além de instituições públicas, iniciativas particulares, da esfera do voluntariado. Nesse sentido, o periódico acusaria a constituição de grupos de treinamento de “**líderes voluntários**”, encarregados de difundir o Programa de Extensão e Crédito Rural Supervisionado, por iniciativa conjunta do ETA/ACAR.

*“Às mulheres são transmitidos conhecimentos sobre **trabalhos domésticos** e tais **líderes**, de posse dos conhecimentos e da prática dos novos processos de trabalho, se incumbem de transmiti-los nos círculos em que vivem **vencendo-se a natural reação existente nos meios rurais contra tudo que venha violentar a rotina**”* (INFORMAÇÃO AGRÍCOLA: jun., 1954: 4, grifos meus)...

O conceito de “liderança” veiculado pelo ETA passaria a conotar, no decorrer da década de 1950, **todos** os produtores rurais dotados de alguma qualificação para o trabalho e não apenas o homem adulto e analfabeto, mas também mulheres – daí a nova “disciplina” da “Ciência do Desenvolvimento”, a **Economia Doméstica** - e até mesmo crianças, muito embora para estas o ETA fomentasse parcerias destinadas a implantar Clubes Agrícolas. Entretanto, vale esclarecer que não se tratava do trabalho enquanto princípio educativo integral, como o defendera Antonio Gramsci (GRAMSCI: 2001), mas sim da Educação enquanto instrumento maximizador da produtividade do trabalho rural. Sob essa concepção absolutamente instrumental de Educação, submetia-se a população dos campos a uma infinidade de intervenções muito distantes de práticas efetivamente educativas, haja vista o processo em curso de substituir-se a escola por práticas extensionistas, dirigidas à assistência técnica e financeira. Na visão dos “gestores do desenvolvimento”, tal **redefinição da Educação rural** resultaria em

*“... ajudar mais àqueles que já estão ajudando as populações rurais a se erguerem, pelos métodos mais indicados. Não se deve pensar em fazer caridade, em dar esmola. Os métodos modernos visam à organização comunitária, através da assistência técnica, econômica e social (...). Eles ensinam aos rurícolas a ajudarem a si mesmos para resolver seus próprios problemas. Para isso, o homem do campo necessita existir em comunidades organizadas e unidas onde predominem as associações rurais e educativas, as cooperativas e os clubes agrícolas (...). Essa nova Educação se fará através da Extensão Agrícola conjugada ao Crédito Rural...”* (INFORMAÇÃO AGRÍCOLA, jul.,1954: 9, grifos S RM)

Outra atividade prevista nos projetos do ETA/MA consistiu no incentivo à multiplicação de **Missões Rurais Ambulantes**, destinadas a ministrar Cursos de Treinamento para líderes rurais e organizar cooperativas de consumo. Para tanto as agências contariam com novo parceiro, a Igreja. Em inícios de 1959, *Informação Agrícola* noticiaria que:

*“O arcebispo de Natal – D. Eugenio Salles – resumiu em onze itens os resultados obtidos com as Semanas Ruralistas realizadas pelo Serviço de Assistência Rural mantido por aquela diocese, começando pela instalação de uma Missão Rural Ambulante, Cursos de Treinamento de líderes rurais e organização de uma Cooperativa de consumo. Também o XII Curso de Treinamento de Educadores de Base foi implementado”* (INFORMAÇÃO AGRÍCOLA: jan-fev, 1959:10).

Na avaliação dos técnicos do Ministério, o “mérito” das *Semanas* consistia em “aproximar” técnicos, produtores e líderes comunitários, estabelecendo a “*camaradagem*” necessária ao trabalho de cooperação. Elas “*criam o clima favorável ao entendimento e à melhoria das atividades no campo*” (INFORMAÇÃO AGRÍCOLA: jul-ago,1960: 6). Um novo termo evidencia-se no discurso relativo às organizações coletivas de trabalhadores rurais implementadas pelos acordos de cooperação: a noção de **comunidade**. Nela se basearia outro elemento do processo de redefinição da Educação Rural no Brasil: a substituição da noção de

**indivíduo** pela de **grupo**, enquanto objetos da ação extensionista<sup>3</sup>. As verbas administradas pelo ETA/MA também se dirigiam a outra modalidade de ação “educativa” que ganhou fôlego com seu suporte: os **Clubes Agrícolas Escolares**, destinados aos filhos de trabalhadores rurais, aptos a aprenderem rudimentos de práticas agrícolas e símbolos vinculados à valorização da terra e sua estreita imbricação à nacionalidade. Através dos 426 clubes agrícolas existentes em 1958, professoras e crianças realizavam a chamada “*formação rúrica do homem do campo*” (CRUZ, 1936). O movimento atingiria tal amplitude que seriam criadas Federações Estaduais de Clubes.

O papel do ETA na promoção do “desenvolvimento” rural, mediante sua ação “educativa” foi essencial à difusão dos princípios e do aparato institucional inspirados no paradigma norte-americano. Entretanto, em inícios da década de 60, sua atuação seria questionada pelo governo brasileiro, em função do desequilíbrio entre as verbas fornecidas pelos EUA e o Brasil. O ministro da Agricultura, Barros de Carvalho, em reunião com o Secretário de Agricultura dos Estados Unidos, o embaixador brasileiro Barbosa Lima e o chanceler Horácio Lafer, discutiria o reajustamento da participação financeira do ETA junto aos Programas de Cooperação. Segundo ele, se a dotação americana de 300 mil dólares fora razoável no primeiro ano da atividade (1954), “*hoje não se ajusta às mais necessidades da cooperação*” (INFORMAÇÃO AGRÍCOLA, 1960: 2). Igualmente questionaria a **rigidez** na aplicação das normas dos programas, sendo cobrada ao ETA a necessidade de dar-lhes mais plasticidade, para responder às peculiaridades da agricultura brasileira. O pleito seria atendido, tendo por resultado a prorrogação do acordo que instituíra o ETA como parceiro do Programa para a Agricultura.

## Concluindo

O discurso e as práticas do Desenvolvimento instituíram-se no operador central das políticas de “cooperação técnica” aplicadas em grande parte do Terceiro Mundo no Pós-Guerra. O Brasil não escaparia ileso desse processo de dimensões mundiais. O estudo das práticas perpetradas pelo ETA no Brasil dos anos 1950 apenas visou “levantar o véu” para desnaturalização necessária. A partir dele foi possível perceber que noções como “desenvolvimento”, “cooperação técnica” e “elevação do nível de vida das massas” tornaram-

---

<sup>3</sup>“Os homens do campo precisam unir-se, fortalecer as associações rurais e cooperativas, **educar-se** para melhor solucionar seus problemas. Ao próprio governo é muito mais fácil e viável **atender às comunidades** do que aos **indivíduos isoladamente**. As comunidades precisam organizar-se e, por intermédio de seus clubes agrícolas, de suas associações de economia doméstica e de suas entidades de classe reunir o máximo de pessoas sob a orientação esclarecida de **autênticos líderes**”. INFORMAÇÃO AGRÍCOLA, jul-ago, 1960: 8.

se instrumentais para construir “alteridades” inferiores e carentes e também para inflacionar as importações brasileiras de máquinas e insumos agrícolas norte-americanos. Através do fornecimento de um conhecimento “especializado”, reproduziram-se no país paradigmas importados que, além de expropriarem os trabalhadores rurais de seus saberes próprios, tornaram-nos alvos fáceis da disciplinarização pelo capital, resultando no fortalecimento tanto das agências produtoras de “especialistas”, quanto dos novos mecanismos econômicos a eles impostos, sob a pecha da modernidade. As práticas das chamadas “*novas modalidades educativas*”, financiadas pelo ETA, se encarregariam de difundir um dado “modelo” de desenvolvimento que em muito se adequaram aos interesses dos grupos dominantes agrários brasileiros, co-participes do deslocamento dos conflitos de classe da cena real, para o âmbito da reeditada dicotomia entre “arcaicos” *versus* “modernos”. Nesse sentido, a Educação não-escolar destinada ao trabalhador adulto do campo implicou, não apenas na resignificação da própria noção de Educação, como também no adestramento desses trabalhadores triplamente expropriados: de sua terra, de seu conhecimento e de sua própria identidade.

### **Fontes e referencias bibliográficas**

- BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Informação Agrícola. *Informação Agrícola*. Rio de Janeiro: S.I.A., 1954, 1958, 1959, 1960
- Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos. *Relatório*. Rio de Janeiro: ETA, 1956.
- CRUZ, Noemia Saraiva de Matos. *Educação Rural*. Rio de Janeiro: Edições Rio Branco, 1936.
- ESCOBAR, Arturo. *Encountering Development – the Making and Unmaking of the Third World*. New Jersey: Princeton University Press, 1995.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, volume 2.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *Historia dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.